

ACESSO AO ABORTO PREVISTO EM LEI NO BRASIL E O SILÊNCIO DA CIÊNCIA POLÍTICA NACIONAL: ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE ABORTO LEGAL NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS DA ÁREA DE CIÊNCIA POLÍTICA

Gabriela Fraporti Dall Agnol¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a produção acadêmica da Ciência Política brasileira acerca da temática do acesso ao aborto previsto em lei no país. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo “estado do conhecimento” em que foram analisados estudos sobre aborto legal no Brasil publicados em periódicos nacionais da Área de Conhecimento de Ciência Política e Relações Internacionais classificados no estrato “A1” da base Qualis, da Capes, no quadriênio 2017/2020. Estudos de Gênero, Teoria e Epistemologia Feminista compõem a moldura teórica-analítica que circunscribe o estudo. Dos 22 estudos recuperados nos periódicos localizados, nenhum esteve vinculado a pesquisadoras ou pesquisadores da Ciência Política, estando a maioria vinculados às Áreas da Saúde Coletiva e do Serviço Social. Pode-se inferir, portanto, que a Ciência Política brasileira não tem atribuído grande relevância ao tema, dedicando seus esforços a outros assuntos. Por fim, é proposta uma apropriação do tema pela Ciência Política brasileira a partir da Epistemologia Feminista, que se mostra como uma alternativa favorável para a diversificação da produção de conhecimento, a fim de alargar o campo de atuação da disciplina e contribuir para uma nova relação entre teoria e prática.

Palavras-chave: Aborto legal; Ciência Política; Epistemologia Feminista; Estado do Conhecimento.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharela em Ciências Sociais, pesquisadora no Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Relações de Poder, Violência e Desigualdades (ReViDe) e integrante do Observatório da Violência de Gênero da UFRGS. gabrielafraportidallagnol@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

O presente trabalho trata da constituição do campo acadêmico-científico da Ciência Política brasileira com enfoque nos estudos produzidos e publicados na área acerca do acesso ao aborto legal no país. No cenário da saúde pública brasileira, a temática do acesso ao aborto previsto em lei tem sido objeto de discussão e desafios persistentes. A produção acadêmica e a pesquisa científica universitária sobre temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, gênero e sexualidade, refletem, de certa forma, o jogo de incentivos e desincentivos performado na sociedade. Seja nas arenas políticas, culturais, econômicas ou em outras esferas, esses temas, considerados sensíveis, são contestados (Corrêa; Petchesky, 1996) e incluídos à larga nas chamadas pautas de costumes, vindo a intencionalmente fomentar o pânico moral que gera engajamento social, mobilização, votos e estabilidade política a grupos radicalizados de extrema direita, vinculados ao fundamentalismo religioso (Miskolci; Campana, 2017).

Com tal pano de fundo, o presente trabalho insere-se dentre os estudos que abordam a invisibilidade de temas intrínsecos aos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas que gestam, assim como do gênero e das próprias mulheres no âmbito da produção científica (Oreskes, 1996), especialmente na Ciência Política. Tendo isso em vista, delinea-se e analisa-se o estado do conhecimento produzido pela Ciência Política brasileira, utilizando como referencial teórico-analítico os Estudos Feministas, Estudos de Gênero e a Epistemologia Feminista. A questão que circunscreve o problema de pesquisa e guia o estudo é: qual é o estado do conhecimento produzido pela Ciência Política brasileira acerca do acesso ao aborto previsto em lei no país e publicado nos periódicos acadêmicos nacionais classificados no estrato A1 da base Qualis no quadriênio 2017-2020? Ao responder tal questão, busca-se fornecer uma síntese abrangente da literatura existente nos principais periódicos brasileiros de Ciência Política e Relações Internacionais sobre o tema. Trata-se de um estudo exploratório, de revisão bibliográfica do tipo “estado do conhecimento” (Morosini; Fernandes, 2014).

Ao analisar o estrato “A1” da base Qualis, pressupõe-se que nele estão inseridos os estudos que refletem tanto aquilo que é reconhecido como ciência e científico, quanto o grau de relevância e pertinência do tema em determinada área do conhecimento. Neste estudo, questiona-se o espaço reservado às pesquisas acerca do acesso ao aborto legal no Brasil dentro da Ciência Política brasileira, utilizando-se do arcabouço teórico fornecido pela Epistemologia Feminista como base crítica de análise das produções realizadas na área.

Os resultados indicam uma baixa adesão da Ciência Política nacional ao debate sobre direitos sexuais e reprodutivos no país, estes sendo mais trabalhados por pesquisadores da

área da Saúde Coletiva e Serviço Social. Por esse prisma, importa analisar os resultados à luz da compreensão de que os significados do gênero possibilitam compreender a existência de desigualdade na forma como as responsabilidades se organizam para a produção social da existência (Saffioti, 2015), bem como dos critérios estabelecidos para distribuir atribuições inerentes a essa produção, de forma classista, sexista e racista, sem considerar as vontades ou subjetividades (Rosemberg, 2001).

A principal crítica feminista se refere a incapacidade do pensamento científico tradicional em pensar a diferença, operando a partir de uma perspectiva localizada, mas que se diz universal, que remete ao homem branco, heterossexual, “civilizado”, do Primeiro Mundo (Rago, 1998). Experiências que fogem dessa perspectiva ficam de fora do escopo epistêmico tradicional, não sendo considerados conhecimentos válidos ou científicos. Portanto, a epistemologia tradicional que se diz universal, quando desvelada pela crítica feminista, se revela uma farsa, visto que o que garantia a veracidade do conhecimento, noções de objetividade e neutralidade, desnudam a incoerência do postulado original, evidenciando as relações de poder que constituem o campo de produção de saberes. Embora o estudo em tela ainda seja incipiente, é possível desde já destacar, à guisa de conclusão, a importância da alternativa da Epistemologia Feminista ao modo tradicional de construção do conhecimento a partir de uma perspectiva parcial, localizada, (Haraway, 1995) pela qual seja possível obter uma avaliação crítica, firme e racional.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, S; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **Physis**, v. 6, n. 1-2, p. 147–177, 1996. Disponível em: <https://encr.pw/qsCel>. Acesso em: 07 jun. 2025.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em: 07 jun. 2025.

MISKOLCI, R; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725–747, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2025.

MOROSINI, M.; FERNANDES, C. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154–164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 07 jun. 2025.

ORESQUES, N. ‘Objectivity or heroism? On the invisibility of women in Science’. **OSIRIS: Science in the Field**, v. 11, p. 87-113, 1996. Disponível em: <https://encr.pw/0mzRy>. Acesso em: 07 jun. 2025.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J.; GROSSI, M. (org.). **MASCULINO, FEMININO, PLURAL**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: https://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acesso em: 07 jun. 2025.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 515–540, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PRcJxQzSFvnScngFpmcgKGR/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 07 jun. 2025.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.